

Aulas sobre “masculinidade” diminuem índices de violência contra a mulher

Para pesquisadores, meninos devem ser ensinados sobre os aspectos positivos da masculinidade desde o Ensino Fundamental

(Galileu, 10/06/2019 - acesse no site de origem)

Aulas sobre os aspectos positivos da “masculinidade” diminuem índices de violência contra a mulher, de acordo com uma análise feita nos Estados Unidos. Pesquisadores chegaram à conclusão após fazerem experimento com alunos do Ensino Fundamental.

Após uma série de atividades envolvendo a questão, os garotos mostraram entender melhor os problemas do uso de coerção e violência nas relações. Além disso, o programa mudou as crenças da turma sobre atitudes violentas, incluindo assédio e violência sexual.

“A maioria das pesquisas sobre violência sexual concentra-se em estudantes do Ensino Médio e Superior, mas pesquisas mostram que essas formas de violência também prevalecem entre estudantes do Ensino Fundamental”, disse Victoria Banyard, principal autora do [estudo](#), em [comunicado](#).

As aulas incluem quatro sessões de uma hora que exploram a normalização, a difusão e a natureza nociva dos pressupostos papéis de gênero. Os meninos envolvidos no programa aprenderam sobre empatia, relacionamentos saudáveis, violência baseada em gênero e receberam treinamento para saber como reagir ao presenciarem agressões físicas.

“Ao se concentrar em expressões positivas de masculinidade, como a capacidade de ser respeitoso nos relacionamentos, este programa ajuda os meninos a encontrar maneiras positivas de prevenir a violência”, contou Banyard.

Senado aprova preferência de matrícula em escola próxima de casa a filho de vítima de violência

Projeto modifica a Lei Maria da Penha e prevê que dados da vítima e dos dependentes sejam mantidos em sigilo. Texto foi modificado por senadores e volta para análise da Câmara

(G1, 08/05/2019 - acesse no site de origem)

O Senado aprovou nesta quarta-feira (8) um projeto que tem o objetivo de garantir à mulher

vítima de violência doméstica prioridade para matricular os filhos em instituição de educação básica mais próxima da casa em que reside.

O [projeto teve origem na Câmara](#) e, como foi modificado pelos senadores, terá de voltar para nova análise dos deputados.

Pela proposta, a mulher nessa situação também terá prioridade para transferir os filhos para a escola mais próxima da residência.

O texto prevê ainda que, para ter prioridade, a vítima precisará apresentar documentos que comprovem o registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica.

Além disso, a proposta estabelece que o juiz responsável pelo caso poderá determinar a matrícula dos dependentes da vítima na escola mais próxima à sua residência, “independentemente da existência de vaga”.

Os senadores modificaram o texto de autoria da deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) para estabelecer que os dados da vítima e dos dependentes serão mantidos em sigilo.

O acesso às informações será reservado ao juiz, ao Ministério Público e a órgãos competentes do Poder Público.

Relator da proposta no Senado, Eduardo Gomes (MDB-TO) afirmou que o projeto dará “maior garantia à mulher vítima de violência de que seus dependentes terão o direito à educação assegurado, independentemente de onde eles estejam”.

Ele lembrou que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê vaga, a toda criança a partir de 4 anos, na escola mais próxima de sua. No entanto, Gomes disse que isso nem sempre acontece.

“A vítima que se vê forçada a uma mudança repentina de domicílio deve ter assegurada prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica nas proximidades, de modo que a falta de vagas não constitua empecilho à proteção especial que a situação requer”, declarou o parlamentar.

Gustavo Garcia

[Informação como chave para acabar com os estereótipos](#)

O Destak inicia hoje uma série de reportagens especiais sobre o Dia Internacional da Mulher

[\(Destak, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Todos nós conhecemos uma mulher que é a principal responsável financeiramente pela casa.

Uma mulher que criou os filhos sozinha e hoje ainda ajuda a educar os netos. Uma mulher que sai de casa cedo, deixa os filhos na escola e vai para o trabalho. Mas todos nós conhecemos mulheres que não se encaixam em nenhum desses estereótipos.

Isso é o que o Destak se propõe a mostrar nesse Dia Internacional das Mulheres. Que nenhuma mulher precisa se encaixar em rótulos imposto pela sociedade e pode se sentir à vontade em qualquer padrão.

Para isso, vamos trazer histórias de pessoas e organizações em diferentes segmentos da sociedade, como esporte, música e no campo. O que eles têm em comum é a luta para romper com essas barreiras e mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser.

Mas para começar a contar o quanto esse reconhecimento é importante vamos falar um pouco sobre um conceito defendido por muitas mulheres: o feminismo. E ele é apresentado como um direito. Sim! Um direito.

Muitas pessoas propagam que o feminismo é o contrário de machismo. Mas, desde as grandes manifestações pela garantia ao voto das mulheres, até agora, pela equiparação salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, são lutas características do feminismo.

“O que é divulgado é que o feminismo é uma ideologia que induz a perversões. Mas o feminismo nada mais é do que um direito humano de as mulheres serem iguais aos homens nos salários, tratamentos, no direito de ir e vir sem ser molestada”, explicou a socióloga e professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Heloísa Buarque de Hollanda.

No Brasil, o feminismo tem conotações negativas e muitas vezes relacionadas apenas a sexualidade. Mas o que o movimento feminista se propõe a mostrar é que apesar de elas serem maioria entre os trabalhadores e, muitas vezes, serem mais escolarizadas do que eles, pesquisas do IBGE mostram que o rendimento médio delas equivale a cerca de $\frac{3}{4}$ dos homens.

“A primeira associação das pessoas é de que feministas odeiam os homens. Isso é uma inverdade. O feminismo é a crença de que mulheres são iguais aos homens”, afirmou a professora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Susana Funck, especialista em estudos de gênero.

E para quem acha que o movimento feminista só tem notoriedade agora está muito enganado. Ele ganha força no Brasil ainda na década de 1970. Na ocasião, entre as principais reivindicações estava, por exemplo, o direito a creche.

“O feminismo é chave para a conquistas de direitos como, por exemplo, contra a violência às mulheres”, ressaltou Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, organização que atua pelos direitos das mulheres.

O que é unânime entre as especialistas é a definição de que a informação é a chave para a garantia dos direitos e ela deve começar na escola. Jacira Melo acredita que apenas as mudanças só acontecerão quando o ambiente escolar começar a trabalhar a desconstrução do machismo.

“Essas barreiras estão sendo quebradas pelas novas gerações. Por conta da internet, que tem gerado grandes mobilizações. As meninas se defendem nesse espaço e as novas gerações são muito atentas a essas denúncias”, afirmou Heloísa Buarque de Hollanda.

O movimento feminista tem ganhado notoriedade e força entre as mulheres mais jovens. Grande parte da mobilização feita por elas ocorre por meio das redes sociais.

Para a professora Susana Funck, os caminhos abertos pelas novas feministas permitem que muitas barreiras sejam quebradas. “As jovens são muito mais eficazes, porque vão as ruas, usam as redes sociais e são mais abertas socialmente, porque a opressão da mulher está muito ligada a outras opressões”, avaliou.

Os recursos foram muito popularizados em campanhas encabeçadas por esses grupos contra o assédio com hashtags como #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto ou o #NenhumaAMenos, que surgiu na Argentina, após estupro e assassinato de uma adolescente.

De acordo com Jacira Melo, essa luta é fundamental para que o Brasil perceba a desigualdade e para que isso se reverta na garantia dos direitos. “Essas diferenças prejudicam a ascensão das mulheres na sociedade. Mas ao mesmo tempo tem um papel fundamental para a formulação de políticas públicas para as mulheres”, disse.

Fabíola Andrade

MEC volta atrás e suspende mudanças nos livros didáticos

Edital modificado retirava exigência de abordagem de questões como violência contra a mulher

(O Globo, 09/01/2019 - acesse no site de origem)

O Ministério da Educação (MEC) voltou atrás da nova versão do edital do Programa Nacional do Livro Didático, que suspendeu a versão publicada em 2 de janeiro. O novo edital retirava a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas. No novo texto, o órgão suprimia ainda o trecho que exigia que a obra estivesse “isenta de erros” e a determinação de “incluir revisões bibliográficas”. O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estariam mais no documento.

O edital serve de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível no site do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Para a presidente-executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, alterações no edital a todo momento são ruins para o processo.

— Tantas mudanças criam insegurança jurídica no processo, que é extremamente longo, qualquer mudança de regra no meio do jogo não seria boa — comentou.

O órgão afirmou que a mudança havia sido feita pela gestão anterior e enviada ao FNDE no dia

28 de dezembro. Na opinião de Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é positivo que as regras não sejam alteradas.

— Importante ter derrubado essa mudança, inclusive porque demonstra que a reação da opinião de especialistas e da comunidade escolar e acadêmica surtiu pressão no governo— afirmou. — Esse vai e vem demonstra que decisões não têm sido tomadas com bases técnicas e são bastante frágeis. O governo não parece entender das políticas que edita e publica.

O Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) afirmou em nota que está “acompanhando as movimentações no setor do livro e leitura nesse início de governo” e que vai buscar um debate ativo nessa área.

Mais cedo, a retificação no edital do PNLD foi amplamente criticada. De acordo com especialistas, as mudanças deixariam brechas para questões preocupantes como a possibilidade de veiculação de publicidade nos livros escolares e a não exigência de referências bibliográficas na estrutura editorial dos livros.

Os educadores criticaram ainda a supressão da exigência de conteúdo que abordasse o combate à violência contra a mulher, que antes vinha expressa no edital. Segundo eles, por ser um programa com capilaridade em todo país, o livro didático é uma ferramenta importante de conscientização da população.

No ano passado, durante a gestão de Michel Temer, o MEC suprimiu o combate à homofobia e à transfobia do edital do programa. De acordo com o texto, bastava que a produção estivesse “livre de estereótipos ou preconceitos”. O governo Temer também alterou o processo de seleção dos livros, que antes era comandado pelas universidades federais.

Leia abaixo a nota do MEC na íntegra:

“O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”.

Paula Ferreira

Violência contra a mulher e quilombolas são retirados de edital de livros didáticos

Orientações para obras que serão utilizadas em escolas públicas são alteradas

[\(O Globo, 09/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Modificações no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja última versão foi publicada em 2 de janeiro deste ano, retiraram do documento questões como violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola. O edital servirá de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível [no site do FNDE](#) (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Na antiga versão do documento, voltado para as editoras, um trecho do texto informava que as obras selecionadas deveriam “promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”. Na versão atual, o trecho sobre a não-violência contra a mulher foi suprimido.

As diferenças entre os documentos também incluem a menção a quilombolas. No documento anterior, havia o trecho: “Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. No documento final, as palavras “quilombola” e “povos do campo” não aparecem mais.

Publicidade e revisão

A orientação em relação à publicidade também foi modificada. Em versões anteriores do edital, o documento informava que as obras deveriam estar isentas de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais. Este trecho não consta no documento atual.

“Estar isento de erros de revisão e/ou impressão” e “incluir revisões bibliográficas” eram condições para que a obra estivesse em conformidade com o programa. Agora, elas também não são mais mencionadas no edital.

Os editais do PNLD são publicados periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC) para a seleção de livros que chegarão às escolas públicas e outras instituições conveniadas.

Comissão da Escola Sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer; projeto será arquivado

Projeto proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula. Foi a 12ª reunião convocada para votar o parecer.

[\(G1, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute o projeto conhecido

como [Escola Sem Partido](#), deputado Marcos Rogério (DEM-RO), encerrou nesta terça-feira (11) os trabalhos do colegiado sem que fosse votado o parecer do relator. Não haverá mais reunião da comissão e o projeto será arquivado.

A proposta proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula.

O deputado Marcos Rogério encerrou os trabalhos da comissão depois de [12 sessões sem resultado e seguidas tentativas de votação](#) do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

“Quem está sepultando o projeto nesta legislatura, não é a oposição. Quem não está deliberando é quem tem maioria neste parlamento que não comparece”, afirmou Marcos Rogério.

Ele fez ainda elogios à atuação dos partidos de oposição, que, segundo ele, fez o “bom combate”, que conseguiu atrasar o andamento da tramitação com base no regimento da Câmara. “A oposição merece o reconhecimento da comissão. Se pautou na obstrução e cumpriu aquilo que lhe é garantia regimental”, disse.

Arquivado

Com o fim da legislatura, todos os projetos que não têm parecer aprovado nas comissões vão automaticamente ao arquivo. O atual mandato termina em 31 de janeiro, mas os parlamentares entram em recesso a partir do dia 23 de dezembro e, portanto, encerrando os trabalhos legislativos.

Pelo regimento da Câmara, o autor do projeto ou de qualquer outro que tramita em conjunto pode apresentar requerimento para desarquivá-lo. Se isso acontecer, a tramitação começará do zero, com a criação de uma nova comissão.

A oposição comemorou o encerramento dos trabalhos. Com cartazes, manifestantes que acompanhavam a comissão entoaram cantorias.

Embora houvesse quórum suficiente registrado no painel eletrônico, o plenário da comissão estava esvaziado, o que fez com que a reunião demorasse quase três horas para ser aberta.

Os deputados favoráveis – muitos deles ligados à bancada religiosa – ao projeto marcavam presença e deixavam o local, com exceção de apenas três ou quatro. Apenas os parlamentares críticos ao projeto permaneceram em peso na comissão o tempo todo.

Foi a 12ª reunião para votar o parecer que impõe regras aos professores sobre o que pode ser ensinado em sala de aula. Desde julho, a comissão tem convocado reunião para a discussão e votação do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

Assim como nas reuniões anteriores, deputados críticos ao texto apresentaram requerimentos regimentais que precisaram ser votados antes, [fazendo com que a tramitação da proposta não avance](#).

Controvérsia

No seu parecer, o relator diz que o professor “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas”, deverá apresentar aos alunos, “de forma justa, as principais versões”.

Críticos ao texto argumentam que o projeto não permitirá o pensamento crítico em sala de aula. Defensores alegam que a proposta tem como objetivo evitar a “doutrinação” nas escolas.

Fernanda Calgaro

[Quase um bilhão de meninas e jovens não têm acesso ao ensino de habilidades para as profissões do futuro, diz estudo](#)

Relatório divulgado nesta quarta pelo Fundo Malala estima que 65% das meninas e mulheres de até 24 anos no mundo atualmente não têm acesso ao ensino de habilidades necessárias para a vida profissional.

[\(G1, 09/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Um relatório divulgado nesta quarta-feira (9) pelo Fundo Malala aponta que 955,6 milhões de meninas e mulheres de até 24 anos atualmente não têm acesso ao ensino e desenvolvimento de habilidades consideradas fundamentais para o mercado de trabalho do futuro. Ao G1, Farah Mohamed, CEO do Fundo Malala, afirmou que deixar de preparar a geração atual de meninas e jovens pode deixá-las vulneráveis a situações laborais precárias no futuro.

Entre as habilidades estão tanto os conhecimentos tecnológicos quanto a capacidade de resolver problemas, que Mohamed diz serem “aptidões necessárias para ter sucesso em um mercado de trabalho que muda rapidamente”.

Segundo o [relatório](#) “Força total: por que o mundo funciona melhor quando as meninas vão à escola”, elas podem ser distribuídas em quatro níveis:

1. **Habilidades digitais básicas:** Acessar e interagir com tecnologias digitais, como saber se conectar à internet, criar contas e perfis, acessar recursos e informação, ajustar as configurações e gerenciar arquivos
2. **Habilidades digitais genéricas:** Usar as tecnologias digitais de maneiras significativas e benéficas; por exemplo: criar conteúdo, se comunicar digitalmente e ter consciência sobre direitos e segurança digitais
3. **Habilidades do século 21:** São as habilidades que vão além da alfabetização e dos conhecimentos numéricos básicos, como comunicação, colaboração, resolução de problemas, criatividade e pensamento crítico
4. **Habilidades de alto nível:** Usar a tecnologia digital de forma empoderadora e transformadora, como desenvolver aplicativos, gerenciar redes, programação, análise e processamento de dados

“Vários estudos mostram que dar 12 anos de educação para meninas teria consequências que mudariam o mundo. Não tomar medidas e permitir que mulheres e meninas permaneçam sem

educação e desempregadas desperdiça seu potencial e impede o progresso econômico global e o desenvolvimento sustentável”, afirmou a CEO do fundo.

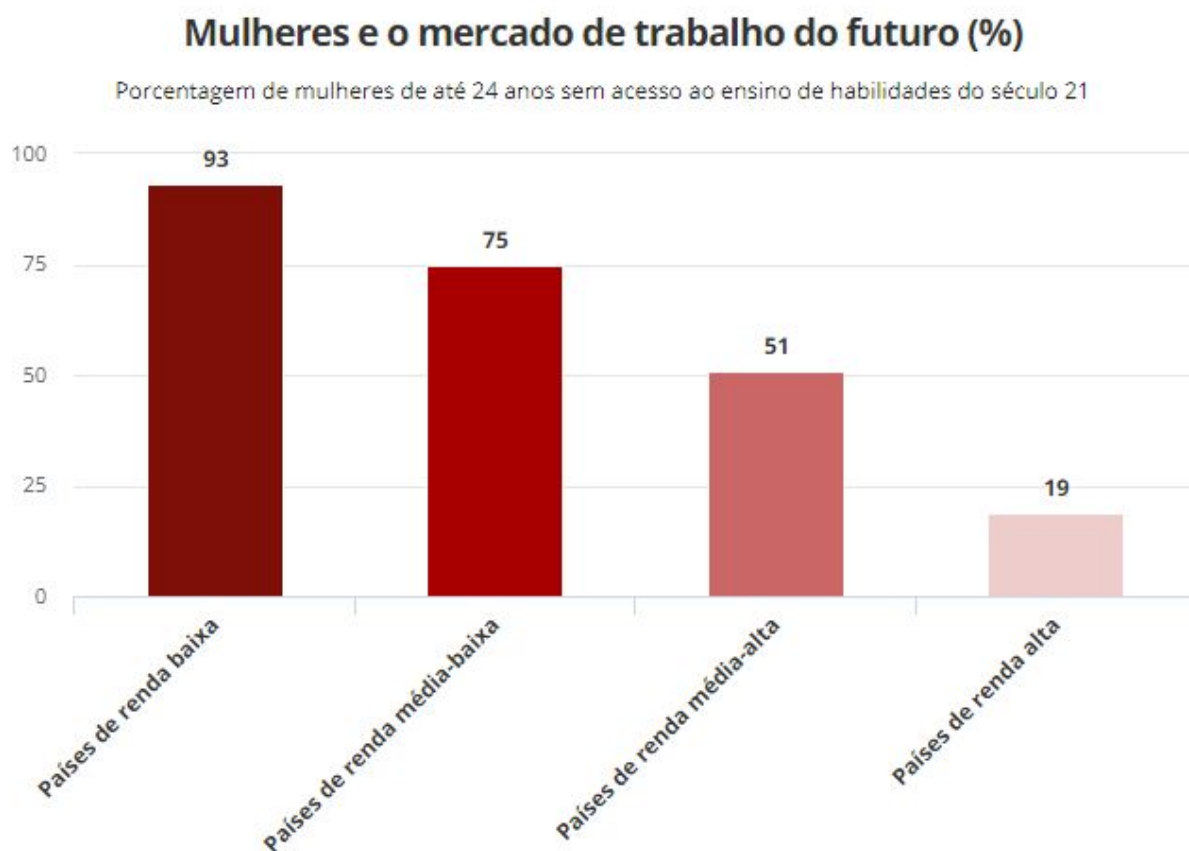
O documento recomenda aos líderes do G20, o grupo de países mais ricos do mundo, uma linha de ação para reverter o problema. Segundo Mohamed, isso inclui “aumentar os orçamentos internos para a educação em países em desenvolvimento, aumentar as contribuições de doadores e lançar uma nova iniciativa para dar às meninas as habilidades de que elas precisam para competir com outros trabalhadores”.

Problema é pior nos países mais pobres

O relatório usou como base uma análise de informações feita pelo Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IDS), do Reino Unido, que cruzou dados oficiais sobre as matrículas de meninas na educação formal e informações da ITU, a agência das Nações Unidas sobre tecnologias de informação e comunicação para estimar o número, que representa 65% da população mundial feminina com até 24 anos.

Mas o relatório também comparou quantas meninas e mulheres jovens estão nessa situação em quatro grupos de países: os de renda baixa, de renda média-baixa, de renda média-alta e de renda alta.

Os números mostram que, quanto mais pobre é o país, maior a porcentagem de mulheres jovens que, atualmente, não estão sendo preparadas para cumprirem as exigências do mercado de trabalho dos próximos anos:



Fonte: Fundo Malala (Relatório 'Força total: por que o mundo funciona melhor quando as meninas vão à escola')

Exclusão, exploração e desigualdade

Criado pela ativista paquistanesa [Malala Yousafzai](#) depois que ela [sobreviveu a um atentado promovido pelo Talibã](#), o Fundo Malala fomenta iniciativas de inclusão de meninas nas escolas.

Em entrevista por e-mail concedida ao **G1**, Farah Mohamed, a CEO da organização, afirmou que “a educação formal deve ser capaz de equipar as meninas com as aptidões necessárias no século 21 para conseguir empregos que ainda não existem” e que, “se as meninas continuarem a perder oportunidades educacionais, especialmente nos países mais pobres, elas estarão mais propensas a acabar trabalhando e vivendo em condições precárias, inseguras e às vezes exploradoras”.

Ela lembrou que, segundo estimativas da Unesco, nos próximos dois anos 40 milhões de vagas de emprego em todo o mundo não poderão ser preenchidas por falta de trabalhadores qualificados. “Isso significa mais desemprego, mais brechas no mercado de trabalho e crescimento econômico mais lento”.

Para ela, não são apenas as meninas que vão sofrer com esse problema. “Comunidades inteiras, países e o mundo inteiro são afetados quando milhões de meninas não podem ir à escola”, afirma Mohamed. Por outro lado, educar as meninas, defende ela, é vantajoso também para toda a comunidade. “Os benefícios disso vão além do futuro das meninas - nosso mundo funcionará melhor quando todas as meninas estiverem aprendendo e ganhando dinheiro de acordo com seu pleno potencial”, diz ela.

“Em julho, quando estávamos no Brasil, o Fundo Malala e o Banco Mundial publicaram dados que demonstram que, se todas as meninas concluírem o ensino médio, 30 trilhões de dólares seriam adicionados à economia global.”

Ana Carolina Moreno

[**A estratégia de Malala para colocar 130 milhões de meninas na escola**](#)

Em entrevista ao G1, CEO do Fundo Malala revela que a estratégia para educar meninas vai além de doações em dinheiro; nesta segunda, ativistas de sete países, incluindo duas brasileiras, se reúnem em Dubai para o primeiro encontro de treinamento da Rede Gulmakai.

[\(G1, 16/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Nesta segunda-feira (16), dezenas de ativistas de sete países diferentes começam, em Dubai, um curso intensivo de cinco dias sobre negociações, advocacy e tecnologia. Eles vivem em sete países diferentes - duas delas, por exemplo, são brasileiras - e foram escolhidos porque batalham por uma única causa: a educação de meninas. Todos foram levados aos Emirados Árabes Unidos com tudo pago pelo Fundo Malala - é a primeira vez que todos eles, membros da Rede Gulmakai, se reunirão.

A organização foi criada pela jovem paquistanesa [Malala Yousafzai](#) para gerenciar os milhões de dólares arrecadados em doações de todo o mundo depois que, em 9 de outubro 2012, [o Talibã tentou assassinar a menina a tiros](#) porque ela insistia em ir à escola. O orçamento anual do fundo chega perto dos R\$ 40 milhões.

Em suas entrevistas e discursos em público, Malala costuma falar baixo, usar frases curtas e levar as mãos à boca quando dá risada. Mas essa timidez convive lado a lado com a causa à qual ela decidiu dedicar sua vida após o atentado, que ela aceita como uma vocação: aproveitar sua influência internacional para angariar o máximo de apoio possível para ver, ainda em viva, todas as 130 milhões de meninas que ainda não têm acesso à educação.

“Malala quer dividir seu palco”, disse Farah Mohamed, CEO do Fundo Malala. “Ela acredita que pode abrir a porta para um ativista Gulmakai entrar e, quando ela sair, ele pode ficar lá.”

[Em entrevista exclusiva ao G1 em Salvador](#), na semana passada, Farah explicou o plano de ação do fundo, que envolve:

- Lutar pelo acesso das crianças aos **12 anos de educação básica e de qualidade**
- A arrecadação de recursos junto a **pessoas físicas e grandes empresas**
- A busca de ativistas de educação que já tenham um histórico de trabalho, mas que **ainda não receberam apoio adequado** para avançar na causa
- A oferta de **apoio financeiro, treinamentos e contatos** a esses ativistas
- Ampliar a voz de **meninas e mulheres mais vulneráveis**, principalmente nas comunidades mais vulneráveis

A voz de Malala ressoou internacionalmente quando tinha apenas 15 anos e sobreviveu ao atentado. A ousadia dos jihadistas foi enfrentada pelo resto do mundo com uma mobilização em prol da recuperação da saúde da adolescente, e ofertas de dinheiro para ajudá-la em sua causa.

Por isso, em abril de 2013, já recuperada, vivendo no Reino Unido e [de volta às salas de aula](#), ela e seu pai, o educador Ziauddin Yousafzai, anunciaram a criação de um fundo para ajudar “outras Malalas”. O que mudou, a partir dali, foi que Malala deixou de pensar em colocar todas as meninas paquistanesas na escola, e decidiu que lutaria pela educação de todas as meninas do mundo que ainda estão fora da sala de aula - segundo dados da Unesco, isso atualmente inclui 130 milhões de garotas.

Doações de várias fontes

O dinheiro é arrecadado tanto de pessoas físicas quanto de corporações e organizações sem fins lucrativos - o fundo recusa doações de governos. O fundo também faz campanhas pontuais, como a iniciada em 9 de julho em homenagem ao aniversário de 21 anos de Malala.

Em pouco mais de cinco anos, a paquistanesa já angariou o apoio de grandes empresas, se encontrou com presidentes, ajudou a negociar acordos de cooperação com agências da ONU e criou a rede de ativistas Gulmakai, batizada com o pseudônimo usado por Malala quando ela ainda era uma ativista anônima, e escrevia em um blog da BBC Urdu.

“Esse nome significa centáurea-azul (uma espécie de flor) na nossa língua, mas ele tem um significado maior para mim, que é levantar a voz, que é o ativismo”, explicou Malala, [em entrevista exclusiva ao G1](#).

Já presente em seis países (Afeganistão, Líbano, Índia, Nigéria, Paquistão e Turquia), na semana passada a rede chegou oficialmente à América Latina, [começando pelo Brasil](#), com o anúncio de que [três mulheres da Bahia, de Pernambuco e de São Paulo](#) receberão, nos próximos três anos, um total de quase 700 mil dólares (cerca de R\$ 2,6 milhões).

“Para nós não é só sobre o dinheiro, e não é só sobre a Malala. É a rede”, afirma Farah. “Nós oferecemos a rede, oferecemos financiamento e oferecemos a plataforma. Eles vão aprender sobre negociações, advocacy, tecnologia... Essas são coisas que não estão incluídas naquele orçamento.”

Durante cinco dias, em Dubai, as mulheres e homens que integram a rede terão doze horas diárias de encontros, reuniões e oficinas onde apresentação seus países de origem e aprenderão estratégias para a evolução de seus trabalhos localmente, e como atuar em conjunto.



‘Malala quer dividir seu palco’, disse Farah Mohamed, CEO do Fundo Malala (Foto: Egi Santana/G1)

A marca da diversidade

De acordo com a CEO do fundo, a Rede Gulmakai é formada de indivíduos diversos. Farah diz que, em comum, eles compartilham a causa da educação.

“Mas fora isso cada um encontra o seu jeito, no seu país, de fazer a diferença. Alguns vão focar nos professores, outros vão focar na tecnologia, outros vão focar em mudar as leis. Essa é a beleza da Rede Gulmakai.”

Em alguns países, principalmente na África e no Oriente Médio, a luta pela educação de meninas anda lado a lado com o combate ao casamento infantil, um dos principais motivos que tiram garotas das salas de aula.

Já no Brasil, Malala aponta a desigualdade racial por trás da exclusão de meninas da escola. Por isso [duas das três brasileiras selecionadas](#) atuam na defesa da inclusão de mais meninas indígenas na escola, na demarcação de terras indígenas e no empoderamento de meninas afrobrasileiras - a terceira atua na área de pesquisa sobre políticas públicas de educação, [com foco na igualdade de gênero e racial](#).

Requisitos para entrar na rede

Farah diz que a ideia de expandir a rede para a América Latina foi lançada pela própria Malala entre agosto e setembro do ano passado, quando os nove membros do conselho do Fundo Malala, incluindo seus fundadores, Malala e Ziauddin, se reuniu para traçar a estratégia para o ano seguinte.

“Ela começou a falar sobre a América Latina, então começamos a procurar com quem trabalhar aqui, tendo certeza de que havíamos encontrado as pessoas certas que tinham o plano certo, mas que só precisavam daquele investimento para fazer muito mais coisas”, explicou a CEO.

O passo seguinte foi entrar em contato com ativistas locais buscando pessoas que preenchessem os seguintes requisitos:

- Acreditar que é possível melhorar a educação em seu país
- Estar associado ou associada a uma organização
- Ser indivíduos nos quais o fundo poderá investir para poderem investir em outras pessoas
- Já ter um histórico de trabalho estabelecido
- Não ter recebido necessariamente o apoio suficiente para alavancar esse trabalho

“Queríamos garantir que estávamos alcançando as meninas que são mais difíceis de alcançar, por isso temos essa ênfase nas meninas indígenas e afrobrasileiras.” - Farah Mohamed

A seleção durou vários meses e incluiu visitas e entrevistas in loco. As três mulheres selecionadas afirmaram ao G1 que, inicialmente, estavam sendo procuradas também para indicar outros nomes de organizações que atuam na área de educação.

Farah afirmou, ainda, que Malala havia decidido escolher pelo menos duas mulheres, mas que o número ideal seria três. Em maio, o conselho se reuniu novamente para votar nas candidatas finalistas do processo de seleção. “A escolha dessas três foi unânime.”

Ana Carolina Moreno

Campina Grande proíbe discussões sobre gênero na sala de aula; OAB protesta

Escolas públicas e privadas de Campina Grande (a 130 quilômetros de João Pessoa) estão proibidas de abordar em sala de aula conteúdos que tratem da questão de gênero. A proibição veio através da lei municipal nº 6.950/2018, sancionada no início de julho pelo prefeito da cidade, Romero Rodrigues (PSDB). Segundo o texto, a fiscalização e aplicação das penalidades devem ser feitas no prazo de 60 dias.

[\(UOL, 14/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A lei destaca que é considerado material impróprio ou inadequado para crianças e adolescentes aqueles já impróprios nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que contenham imagens ou mensagens sexuais com conotação intencionalmente erótica, obscena ou pornográfica, material relacionado à ideologia de gênero ou qualquer outro que venha a ser assim considerado.

O vereador Pimentel Filho (PSD), autor da lei, disse que não há motivo para polêmica. “Tentaram colocar essa discussão no plano nacional, depois no estadual e por último no municipal, e não conseguiram. O pessoal quer confundir, quer polemizar. A lei não coloca mordaca em ninguém, ela agora existe para que não se burle a grade curricular”, destacou. Segundo Filho, a lei segue tratados internacionais, a Constituição Federal do Brasil e prioriza a família.

“O projeto foi aprovado por ignorância”

“Essa lei é um retrocesso”, disse Herry Charriery Santos, presidente da Comissão de Diversidade e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil de Campina Grande (OAB-CG). Segundo ele, até a próxima semana, a comissão vai entrar com medida judicial para derrubar a lei.

“Existem várias outras ações no Brasil inteiro questionando a legalidade dessa lei. Só nos resta fazer esse enfrentamento”, declarou.

O presidente da comissão comentou também o fato de o projeto de lei ter sido aprovado por unanimidade na Câmara dos Vereadores de Campina Grande. “Embora seja uma lei cheia de vícios, passou porque a Câmara tem uma base de vereadores conservadores. A discussão sobre gênero acaba sendo distorcida. O projeto foi aprovado por ignorância”, afirmou Santos.

Por fim, ele disse que a comissão da OAB considera a lei como uma tentativa de ‘amordaçar’ os professores na sala de aula, uma vez que está prevista a aplicação de multa para quem descumpri-la. O alvará de funcionamento das escolas também pode ser suspenso, em caso de descumprimento, conforme o texto publicado no semanário oficial da cidade.

Pelo país

Na semana passada, o ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu uma lei municipal de Foz do Iguaçu (PR) semelhante à que foi aprovada em Campina Grande,

que proibia a veiculação de conteúdo relacionado à 'ideologia de gênero' ou à orientação sexual, e mesmo ao termo gênero.

Em sua decisão, o ministro afirmou que parece equivocada a disposição, por meio de lei municipal, acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica da rede pública de ensino.

Na quarta-feira (11), uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para tratar da Escola Sem Partido, projeto que também prevê tirar da sala de aula temas com "conteúdo de gênero" ou "orientação sexual", teve uma sessão longa e tensa, e não houve tempo para ser colocado em votação o relatório do deputado Flavinho (PSC-SP). O assunto será retomado após o fim do recesso parlamentar.

Prevenção da violência contra mulher e educação feminista - São Paulo/SP, 03/07/2018

ABMCJ/SP, dando continuidade aos debates acerca de temas importantes para as questões feministas, traz a Dra. Ana Paula Zomer para tratar do tema "Prevenção da violência contra mulher e educação feminista".

Ana Paula Zomer é Procuradora do Estado de São Paulo, Doutora em Criminologia pela USP, Criminóloga pela Universidade Estadual de Milão e Tesoureira adjunta da ABMCJ/SP.

Participe, interaja ao vivo, tire suas dúvidas, dê suas contribuições!!

O evento será transmitido ao vivo na página do [Facebook da ABMCJ](#)